

FORMAÇÃO DE PROFESSORES POR MEIO DA EAD: *um negócio lucrativo às IES*

*Nataniél Dal Moro*¹

Resumo: Este artigo discute alguns aspectos da educação superior no Brasil, dando ênfase para as Instituições de Ensino Superior que passaram a atuar na Educação a Distância (EAD) pós-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, datada de 1996, em particular no campo das licenciaturas da área das Ciências Humanas. Faz-se também uma reflexão a respeito da formação educacional ministrada para os acadêmicos-clientes e de suas situações educacionais.

Palavras-chave: Mercantilização da educação; Educação a distância; Formação de professores.

Introdução

Não há como negar a existência de uma educação feita para a elite e outra que se destina para as “pessoas comuns”. Segundo Bourdieu e Passeron (1975), a escola é um *locus* privilegiado de reprodução social, do qual a elite se utiliza para legitimar as desigualdades sociais produzidas por ela. A maioria dos brasileiros ainda não consegue se localizar diante de normas, de regras e de leis existentes na sociedade dita civilizada, muitas delas, fruto da educação formal e institucionalizada que intenta e consegue mesmo deixar de fora este “tipo de gente”. Estas pessoas, por sua vez, às vezes ficam “perdidas” e, não menos, são ludibriadas nesta empreitada

¹ Professor Visitante (CAPES) no Programa de Pós-Graduação – Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Doutor em História Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC), com estágio de pós-doutoramento na Universidade Nova de Lisboa (UNL). E-mail: natanieldalmoro@bol.com.br

de sobreviver num mundo conceituado pelos adjetivos: moderno, atual, contemporâneo.

A elite brasileira, historicamente, sempre soube, através da socialização de saberes, como ser prescritiva, estabelecendo formas diferenciadas de acesso ao conhecimento. Em razão disso é que se deve pensar a educação, no Brasil, como sendo mais uma das propriedades da elite nacional e não um bem social e coletivo. É de conhecimento deste grupo social privilegiado qual o tipo de educação coloca em risco sua hegemonia, os seus interesses e valores, estabelecendo critérios que se tornam determinantes para o grosso da população brasileira, instituindo que educação deve ser disponibilizada, afinal, determinados tipos de educação não servem para quase nada, pelo menos para os sujeitos que a adquirem. Já para quem vende, a questão é bem outra. E como se vende este tipo de educação sem valor pelo Brasil afora e adentro. E, o pior, ainda, tem muita gente que compra este tipo de educação. Mas qual tipo?

Este texto objetiva discutir justamente esta problemática: o tipo, na verdade, aspectos da qualidade da educação superior vendida por Instituições de Ensino Superior (IES) que atuam na Educação a Distância (EAD) pós-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em especial no campo das licenciaturas da área de ciências humanas. O presente trabalho intenta fazer também uma reflexão a respeito da formação educacional ministrada para estes acadêmicos-clientes por meio da exposição de situações ditas educacionais, em particular pela observação da “vida acadêmica” de duas graduandas do curso de Letras de uma destas instituições de EAD *on-line*.

Mercado educacional e viabilização das empresas de ensino privado

A LDBEN – Lei n. 9.394, promulgada em dezembro de 1996, é um marco de grande e positivo relevo na história da educação privada no Brasil (BRASIL, 2000). Até as décadas de 1970-80, mesmo depois do processo de expansão do ensino

superior privado que se iniciou nos 60 (MARTINS, 1989, p. 11-48), apenas cidades de grande e médio portes tinham IES privadas/particulares; com as públicas o processo não diferia muito. Quem residia no interior e desejava estudar tinha que se transferir para cidades que possuíam relativa população. Cidades pequenas, nesse sentido, eram locais impróprios e pouco atrativos para a existência de IES.

A viabilização financeira das IES privadas era de fato custosa: não raro faltavam alunos e sobravam contas. A oferta dos então chamados de cursos de nível superior abarcava, em geral, áreas que necessitavam quase que exclusivamente de professor e de giz; cursos que careciam de laboratórios não atraíam tanto a atenção dos empresários do ensino, já que as instalações e a manutenção geravam ainda mais custos.

A saída para os empresários da educação superior, muitos deles religiosos, estava, então, na oferta de cursos mais em conta, tais como licenciaturas em Pedagogia, História, Letras, Geografia e bacharelado em Serviço Social, Direito e Administração. Raramente as faculdades privadas ofereciam mais do que isso.

Cursos de extensão e pesquisas mais apuradas eram pouco comuns nestas IES. Mestrado e doutorado quase nunca, especialização de vez em quando e ainda assim com verbas públicas, geralmente da CAPES ou do CNPq. A própria legislação educacional também não exigia destas instituições a prática de pesquisa, apenas a realização de atividades de extensão: cursos de curta duração, seminários, palestras, dentre outras tarefas que eram ofertadas aos discentes como formação complementar. Detalhe importante: os cursos eram ministrados, todos eles, de forma presencial. Nem se falava na possibilidade do aluno fazer um curso de nível superior sem assistir aulas, fazer provas, entregar ele mesmo os trabalhos, estar presente na IES.

Com a vigência da LDB esta realidade foi, em curto espaço de tempo, transformada significativamente. O mundo educacional dos anos 90 do século XX já não pode mais ser verificado em seus moldes estruturantes, a menos que se recorra

ao passado, à memória. A grande proposta política e social da LDB residia no fato desta lei determinar o início e o término da “Década da Educação” no Brasil.²

Os professores que atuavam na Educação Básica (antigos 1º e 2º graus) e que ainda não eram formados em curso de graduação em licenciatura plena tinham que, entre os anos de 1997 e de 2006, concluir esse nível para não serem impedidos de lecionar. Na prática isso não ocorreu. Docentes com curso superior incompleto, magistério ou mesmo com apenas os antigos 2º ou 1º graus, por vezes também incompletos, continuam ministrando aulas no Brasil³.

A LDB sinalizou que deveriam ser encontradas formas de se resolver a questão da formação inicial e continuada de professores. Já faz décadas que a EAD é praticada, seja por meio de correspondências ou via tecnologias e suportes midiáticos como o rádio e a televisão. Em meados do século XX, no então Estado de Mato Grosso⁴, houve pessoas que, ouvindo programas radiofônicos transmitidos de Campo Grande pela Rádio Educação Rural Ltda., foram alfabetizadas nas primeiras letras (CUNHA, 2003; ASSUMPCÃO, 2003).

² “A partir de 1998, observa-se um crescente envolvimento de Instituições de Ensino Superior com cursos de educação a distância. As solicitações de autorização ao Ministério de Educação foram, em sua [...] maioria, 80%, para cursos de graduação de formação de professores, principalmente de Pedagogia e Normal Superior. Os atuais professores do ensino fundamental são o público alvo principal destes cursos, na medida em que sejam afetados pelo artigo 87, § 4º, da LDB, o qual estabelece que, até o final da Década da Educação, ou seja, 2006, somente serão admitidos “professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”.” (MORAN, 2002, p. 251-252).

³ Parte dos alunos que ingressaram no Programa de Formação Continuada PEC Formação Universitária da PUC-SP, terceira edição, possuíam “[...] uma frágil formação escolar.” (HESSEL; PESCE; ALLEGRETTI, 2009, p. 59).

⁴ Antes de 11 de outubro de 1977 o território que hoje compõe o espaço físico do Estado de Mato Grosso do Sul (MS) era por vezes chamado de sul de Mato Grosso, sendo que naquela época a capital do estado de Mato Grosso estava na cidade de Cuiabá. Com a divisão político-administrativa ocorrida em 77 surgiu um novo estado na porção sul desse território, sendo que Campo Grande passou a ser a capital de MS.

Utilizar a EAD foi o caminho mais fácil para resolver esta tarefa.⁵ No Estado de Mato Grosso do Sul foram criados inicialmente cursos de licenciatura modular, estes realizados de forma semi-presencial. O aluno tinha aulas no período das férias e do recesso escolar. Enquanto os educandos dos cursos normais tinham aulas de segunda à sexta-feira; os discentes dos cursos modulares, por sua vez, assistiam aulas uma vez por semana, nos períodos matutino e vespertino.

No restante do tempo faziam outras atividades além, é claro, de serem professores da Educação Básica. Em síntese, a formação extra-classe calcava-se na feitura de trabalhos que eram remetidos, ainda, via correspondência impressa para os docentes das IES. A Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), localizada na cidade de Campo Grande/MS, ofereceu a partir de 2001 vários cursos de licenciatura através desta modalidade de ensino. A Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), hoje Anhanguera-UNIDERP, também ofereceu, meses depois, cursos de licenciatura nestes moldes.

Os professores das respectivas graduações – História, Pedagogia, Normal Superior, Ciências Biológicas, Geografia, Matemática e Língua Portuguesa – elaboraram uma espécie de apostila para servir de guia introdutório para os acadêmicos. Por vezes, este material era o próprio início-meio-fim do que se estudava nas aulas.⁶

A clientela constituía-se majoritariamente de professoras que possuíam apenas o magistério. Boa parte das acadêmicas vinha de cidades que distavam a um

⁵ “Desde o surgimento da educação a distância, as diferentes tecnologias incorporadas ao ensino contribuíram para definir os suportes fundamentais das propostas. Livros, cartilhas ou guias especialmente redigidos foram as propostas iniciais; a televisão e o rádio foram os suportes da década de 70; os áudios e vídeos, da década de 80. Em nenhum caso tais tecnologias substituíram os livros, tanto os especialmente produzidos para os programas a distância como a bibliografia utilizada. No entanto, a particular conjunção de meios tecnológicos caracterizou cada um dos programas da modalidade. Nos anos 90, a incorporação de redes de satélite, o correio eletrônico, a utilização da Internet e os programas especialmente projetados para os suportes informáticos aparecem como os grandes desafios dos programas na modalidade. O lugar que se atribuiu aos suportes no processo do ensinar, as relações entre estes suportes e os tipos de processamento didático foram temas de estudo e debate ao longo das diferentes experiências na educação a distância.” (LITWIN, 1999, p. 17-18).

⁶ Afirmo isso pelo fato de ter presenciado muitas acadêmicas-professoras descrevendo o cotidiano universitário que passaram a vivenciar quando do retorno aos bancos escolares, algumas 20 e até quase 30 anos distantes de um saber “mais atualizado”.

raio de uns 250 km de Campo Grande, embora alguns estudantes fossem das Regiões Norte e Nordeste e, também, do interior do Estado de São Paulo. Naquela época, ano 2001, havia poucas IES no Brasil que praticavam esta modalidade de ensino. Uma delas era a UCDB; a outra, de que tenho notícia, estava no Estado do Maranhão.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) possuía uma licenciatura na cidade de Aquidauana/MS que foi criada com o intento de formar exclusivamente docentes indígenas. Na UCDB, via cursos modulares, formaram-se vários professores indígenas. Algumas escolas estaduais existentes em aldeias, como a Córrego do Meio e a Buriti (municipalidades de Dois Irmãos do Buriti e de Sidrolândia), possuem desde o ano de 2005 apenas professores índios ministrando aulas.

Este tipo de ensino, contudo, não vingou na UCDB. A não continuidade se deve nem tanto ao fator financeiro, uma vez que os alunos tinham aulas apenas em duas temporadas, porém pagavam boletos de matrícula e de mensalidades todos os meses. O valor destes era de algo em torno de 1/3 do valor mensal de um curso de graduação em licenciatura realizado de forma presencial (MORO; BITTAR, 2003, p. 10).

A popularização da internet foi, seguramente, um fator-chave para esta reordenação da forma de ministrar aulas no Brasil. Porém os resultados não foram e nem são muito animadores para os futuros professores/professoras, pelo menos tendo em vista a realidade que observo desde meados do ano de 2007. Já para os empresários da educação superior a realidade é bem outra: crescimento e lucros são as coisas mais visíveis.

LDBEN e educação a distância *on-line*: pagar para não aprender?

Em 2002, 90% dos cursos de EAD *on-line* eram voltados para formar professores (MORAN, 2002, p. 254). Com a ajuda da tecnologia computacional agora há IES em todos os lugares, cursos e mais cursos, inclusive de pós-graduação *lato*

sensu. A maior parte dos cursos de especialização realiza atividades quinzenais e os de graduação possuíam trabalhos semanais (apenas uma vez por semana) e tudo feito pela internet.

O movimento inicial da educação a distância, o de proporcionar formação regular e continuada aos professores em exercício (os professores leigos), é repleto de mérito e, porque não dizer, de êxito. Não se pode falar o mesmo, entretanto, do que veio depois, quando os cursos de formação de professores passaram a disputar os alunos dos cursos presenciais, substituindo a sala de aula pela formação em trânsito, descolada dos espaços tradicionais de ensino-aprendizagem (GIOLO, 2008, p. 1224-1225).

Quando ingressei na Educação Superior no ano 2000 e, no ano seguinte, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UCDB para desenvolver pesquisa com foco na história e no desenvolvimento da educação superior/formação de professores no Estado de Mato Grosso do Sul nem se cogitava, para a maior parte da academia, a possibilidade de haver um *boom* de cursos oferecidos à distância e de forma *on-line* por tantas IES, tal qual se verificou a partir do ano de 2004.

O número de instituições existentes no Estado de MS que atuavam no campo da educação presencial estava concentrado, sobremaneira, nas cidades de Campo Grande (capital de MS), Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã, Dourados, Naviraí, Aquidauana, todas com mais de 50 mil habitantes. Fora destas cidades praticamente não havia instituições privadas oferecendo cursos de graduação (MORO; BITTAR, 2003, p. 15-33).

Além disso, as IES públicas, nessa época representadas pela UEMS e pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)⁷, possuíam a maior parte dos cursos de licenciatura do Estado, ofertando, também, majoritária percentagem do total de vagas para tais cursos. Em específico, a UFMS sempre fez uma política que priorizou a criação de cursos de licenciatura. Em certas épocas, sobretudo na década de 1980, em torno de 50% das vagas desta IES destinavam-se a formar futuros educadores.

⁷ Em 2006 foi criada a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), resultado de uma divisão, sobretudo física num primeiro momento, da própria UFMS.

A UEMS trabalhava inclusive com uma política rotativa de cursos, independente de serem de licenciatura ou de bacharelado; quando havia profissionais além da demanda na região, o curso era transferido para outra localidade do Estado a fim de sanar o déficit de profissionais daquela região.

A partir de 2004 e, sobretudo, de 2005 em diante, a territorialização das IES em MS tornou-se outra. Hoje, não há praticamente uma cidade sequer do Estado que não tenha várias instituições.

São IES de todos os cantos do Brasil. Um dos objetivos que todas possuem em comum é o de “formar alunos”; vale frisar que, no entanto, também cobram por este “formar alunos”. O processo seletivo também é diversificado: umas fazem redação com tema livre, outras provas *on-line* em horário escolhido pelo vestibulando e algumas trabalham com entrevistas para selecionar os alunos. Certas instituições refazem até o processo seletivo para possibilitar que mais pessoas (que não deixam de ser clientes) tenham acesso ao que se diz ser “educação superior”.

Grosso modo, os estudantes afirmam que “fazem universidade”. Na verdade, os cursos de graduação a distância *on-line* tem, quando muito, apenas o elemento ensino, ficando bem longe da extensão e, mais ainda, da pesquisa. A característica essencial da Universidade é a materialização do tripé ensino-extensão-pesquisa, mas pelo que se pode observar isso não ocorre com a adequada constância nestes cursos de EAD; quando ocorre deixa muito a desejar, em especial do ponto de vista pedagógico.⁸

⁸ Em texto publicado no Brasil em meados de 1999, Edith Litwin já sinalizava para a possibilidade de materialização desta problemática no campo da EAD *on-line*: “As modernas tecnologias podem resolver muitas de nossas preocupações com relação ao conhecimento, já que representam poderosas ferramentas de resolução das compreensões e podem construir melhores pontes entre o conhecimento disponível e as atuações necessárias para sua utilização. Mas não quer dizer que os últimos desenvolvimentos da tecnologia, como luzes coloridas, vão resolver essas questões. As novas tecnologias causam impacto na cultura de todas as sociedades, desde os setores mais ricos até os mais carentes e marginalizados. Em qualquer uma das situações, o agir com a tecnologia pode implicar a implementação de excelentes propostas para a resolução do acesso ao conhecimento ou a utilização de outras empobrecedoras. Em todos os casos, o desafio consiste em gerar material no qual as propostas de ensino rompam fórmulas prontas e gerem desafios cognitivos aos estudantes.” (LITWIN, op. cit., p. 19).

A instalação física destas IES nos municípios de MS, em particular no caso da cidade de Sidrolândia⁹, se deu com o apoio do poder público. No caso da Universidade Paulista (UNIP), o polo de apoio aos acadêmicos está localizado no segundo piso da Biblioteca Pública da cidade, espaço que abriga computadores doados pelo poder público federal para promover a inclusão digital dos discentes da Educação Básica. Contudo, este mesmo aparato tecnológico serve de instrumental para que os acadêmicos da EAD realizem suas atividades via internet. Dito de outra forma, os estudantes da Educação Básica acabam por ter que dividir os computadores com os universitários.

A cidade de Sidrolândia contou de 2001 a 2004 com curso de graduação da UNAES.¹⁰ O Centro Universitário de Campo Grande (UNAES) ofereceu o curso de Pedagogia para uma clientela formada em geral por professoras que tinham apenas o magistério e já atuavam na rede municipal de ensino do município. As aulas eram diárias e os professores que ministravam as disciplinas vinham quase todos da cidade de Campo Grande.

À época, o poder municipal também auxiliou a instituição, tanto que cedeu o espaço físico da Escola Municipal Olinda Brito de Souza para a realização das aulas. Depois da conclusão da primeira e única turma, o referido curso foi desativado em razão da falta de alunos e da realidade do mercado educacional pós-popularização da educação a distância no Brasil. Neste mesmo espaço funciona, desde 2007, um polo da hoje chamada Universidade Anhanguera-UNIDERP Interativa.

A UNAES, em convênio com a Prefeitura de Sidrolândia, ofereceu também, de 2004 a 2005, um curso de especialização para educadores da rede municipal. Quase todos os acadêmicos, a maior parte do sexo feminino, obtiveram bolsas de

⁹ Cidade com uma população de aproximadamente 50 mil habitantes, localizada na Serra de Maracaju, no centro do Estado de Mato Grosso do Sul, distante cerca de 65 km da capital Campo Grande. A base econômica é de longa data a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva; desde a década de 1970 a agricultura e, mais recentemente, anos 1990, também a agroindústria, em especial a avícola (MORO, 2007).

¹⁰ A sigla UNAES não correspondia ao conteúdo, pois a referida instituição não era uma universidade de fato. O U do início da sigla funcionava como um chamariz para qualificar esta IES, sobretudo midiaticamente. Na realidade, era apenas uma Faculdade e não uma Universidade.

estudos parciais que cobriam em torno de 50% do valor da mensalidade. A outra parte do valor era descontada já na própria folha de pagamento, visto que as alunas eram majoritariamente funcionárias e, a maior parte, concursadas da rede municipal de ensino. Isso representou inadimplência próxima de zero para a instituição. Portanto, um ótimo negócio do ponto de vista empresarial.

Grande parte das monografias abordou a problemática da educação das crianças e dos adolescentes em ambiente escolar, na família e em menor parte na sociedade. Jean Piaget foi, com certeza, o teórico mais utilizado pelas pós-graduandas para formular os projetos, conduzir reflexões, análises e pesquisas, além de nortear as interpretações que estas fizeram com os dados que coletaram em pesquisas de campo. Infelizmente as monografias não foram disponibilizadas para a comunidade educacional de Sidrolândia e, pasmem, nem mesmo *on-line*.

Em 2009 havia apenas IES à distância na cidade, tais como: Sistema Educacional Eadcon, Grupo Educacional UNINTER, UNISA, UNIP, ULBRA e Anhanguera-UNIDERP. A parcela mais significativa dos cursos de especialização visava aprimorar a mão-de-obra local, nos mais variados e possíveis assuntos. Os alunos poderiam cursar pós-graduação em marketing educacional, psicopedagogia, formação do professor para o ensino superior, gerenciamento estratégico, relações públicas e no campo do Direito havia uma infinidade de opções. Assim como na pós-graduação, na graduação o período de inscrições era quase que perene. Sempre que se acessavam os sites das instituições de EAD viam-se as seguintes mensagens: “Inscrições abertas” e “Últimos dias”.

A questão que se faz cada vez mais latente, pelo menos para quem se preocupa com a formação destes educadores que estão fazendo ou com os que já concluíram a graduação por meio de EAD e também de forma *on-line*, reside no fator qualidade destas licenciaturas. Positiva e utopicamente podemos pensar que alguns alunos-professores podem ensinar mais do que aprendem, contudo, no geral, e aqui pensando com mais cautela, precisamos enfatizar que quase todos os alunos-professores só ensinam mesmo o que lhes foi ministrado pelos seus educadores.

Mas qual é a qualidade destes cursos? O que ensinam? Como ensinam? Afinal, que tipo de professores é titulado por essas IES no término da graduação?

Não há como afirmar que todas as IES oferecem cursos de má-qualidade; por outro lado também não se pode alardear que todos os cursos possuem qualidade aceitável, que são dignos de mérito, quando comparados com determinadas graduações presenciais. Diante da recente e ainda pouco estudada situação destas licenciaturas, alguns caminhos são válidos para que se possa iniciar análises qualitativas a respeito do que se processou/processa nestes cursos: observar de modo pontual as atividades dos alunos é um dos meios eficazes para externar condutas e então, depois, estabelecer parâmetros comparativos entre os cursos de EAD *on-line* e os presenciais.

O aparato terminológico da EAD *on-line* já é muito rico em conceitos. A tecnologia empregada também consegue suprir as demandas pedagógicas essenciais. O capital humano dos cursos possui diversos profissionais envolvidos, cujas tarefas consistem em realizar desde a simples tarefa de guiar os alunos para que imprimam os boletos das mensalidades e até sanar dúvidas; orientar os discentes na elaboração dos relatórios de estágio ou mesmo na escrita da monografia.

Teleconferências, videoconferências, trabalhos monitorados, vivências educativas e oficinas culturais, além de estágio, e em algumas IES também trabalho monográfico, são as principais atividades destes cursos. Algumas graduações contam com material pedagógico de apoio, as populares apostilas.¹¹

¹¹ Estas apostilas, algumas impressas e outras apenas disponibilizadas na internet, mas somente para quem é aluno ou possui senha de acesso, são elaboradas pelos próprios professores virtuais. Constituem-se de um resumo de textos clássicos, muitas citações, menções a sites; já escritos resultantes de pesquisa de campo são poucos, praticamente inexistentes. Há apostilas que apenas reproduzem exercícios/questões de concursos dos mais diversos. Contudo, estes materiais são muito importantes do ponto de vista da produção científica (e da não-aplicação de recursos financeiros em pesquisa): na prática, estas publicações são, inevitavelmente, publicações e, como tal, as IES que viabilizam as publicações também ganham, já que publicar é uma exigência legal. Ademais, todas as IES devem publicar; publicar produz *status* para a instituição, mesmo quando se publica apostila. Através destas publicações, que em geral não são propriamente originárias de “pesquisa”, esta obrigação é sanada e, ainda por cima, custa pouco, pois são os próprios alunos que pagam direta ou indiretamente pelo material; pagam de forma separada pelo impresso ou então o valor é incluso no boleto.

Há alunos que tentam, mas não conseguem ser orientados, pelos professores das unidades-pólo, muitos são reprovados pelo simples fato de não terem preenchido ou não saberem como preencher e enviar corretamente os questionários *on-line* que lhes garantiriam a presença virtual no curso. Contudo, a questão mais pavorosa neste processo é a do ensino-aprendizagem-avaliação. Os alunos assistem aulas via internet (ensino), preenchem questionários com múltiplas alternativas (aprendizagem) e fazem provas objetivas que contém as mesmas questões antes respondidas (avaliação). Há casos de alunas que em apenas um período (neste caso o noturno), em tempo aproximado de no máximo quatro horas-aula, fizeram prova versando sobre o conteúdo de quinze disciplinas da graduação de Letras.¹²

Considerações finais

Em linhas gerais, procuramos neste artigo discutir e analisar alguns aspectos que versam sobre a educação superior no Brasil, para o qual contemplamos bibliografia específica, e detivemo-nos em relatos, problematizando situações centradas na experiência de alunas que ingressaram em licenciaturas EAD, que inclusive tivemos a oportunidade de presenciar durante considerável período de tempo, já que estávamos próximos.

Na medida do possível, por vezes realizávamos o papel de professor presencial e “mais” acessível, sobremaneira no sentido de orientá-las em assuntos amplos, guiá-las em leituras, aconselhá-las na realização de trabalhos, acompanhá-las no manuseio da tecnologia e, também, direcioná-las para que buscassem continuamente ajuda e auxílio a fim de solucionar da melhor forma as questões que pensávamos específicas, e, por isso mesmo, não nos sentíamos aptos a ministrar

¹² Refiro-me aqui em específico a duas estudantes de Letras, as quais faziam parte de uma turma composta por aproximadamente vinte acadêmicos, cujo início data no segundo semestre de 2007, sendo que em outubro de 2009 restavam apenas duas graduandas efetivamente matriculadas. Conforme informações a que tivemos acesso, o restante dos alunos trancou o curso e/ou desistiu de fazer a licenciatura. Se visto em termos percentuais, temos 90% de alunos que deixaram de estudar/evadiram e, também, de pagar suas mensalidades/boletos às IES. Situação que a nosso ver, por si só, já deveria despertar interesse de gestores ou empresários do ramo educacional.

possíveis “orientações”, já que poderiam, em nossa análise, comprometer suas formações.

Partilhamos da ideia de que as constatações referidas neste artigo não podem ser generalizadas para todos os ambientes, alunos, educadores, cursos e IES de EAD. Contudo, faz-se necessário que tal hipótese seja pesquisada de forma mais ampla e continuamente por outras pesquisas, trabalho que já é realizado por outros pesquisadores (ALMEIDA, 2007), que em certo sentido também confirmam e ampliam outros aspectos desta problemática.

Alguns estudos têm demonstrado que, no geral, os cursos de graduação, em especial as licenciaturas *on-line*, não atingem os objetivos desejados e seguidamente deixam de contemplar a perspectiva pedagógica que em tese deveriam ou se propunham a efetivar (GIOLO, 2008; LIMA; GRÍGOLI; BARROS, 2003). Cabe então, e a nosso ver urgentemente, repensar esta política deflagrada com a vigência da LDB/96, uma vez que a formação de professores não ocorre de modo adequado.

TEACHER TRAINING THROUGH DISTANCE EDUCATION: *a lucrative business for IES*

Abstract: This article discusses some aspects of higher education of Brazil, with emphasis on the higher education institutions involved in distance education (Educação a Distância - EAD) after the Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Law of National Education Bases and Guidelines), dated 1996, especially in the field of undergraduate of Humanities. It is also a reflection on the education given to academics-customers through the narration of educational situations.

Keywords: Commercialization of education; Distance education; Teacher training.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. C. de S. de A. **Evasão em curso a distância:** validação de instrumento, fatores influenciadores e cronologia da desistência. 2007. Dissertação (Mestrado em
ISSN 2317-6571 Nataniél Dal Moro

Administração) – Pós-Graduação em Administração, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2007.

ASSUMPTÃO, Z. A. de. O rádio ontem e hoje: promotor de educação e de cultura. In: **I Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho – Mídia brasileira: 2 séculos de história**. Rio de Janeiro-RJ, jun. 2003. Gt. 2 – história da mídia sonora. Disponível em:

<www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/anais/gt2_sonora/o%20r%20E1dio%20ontem%20e%20hoje.doc>. Acesso em: 19 out. 2009.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria geral do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394/1996**. Brasília: Senado Federal, 2000.

CUNHA, R. S. da. **A Rádio Educação Rural como veículo de comunicação para alfabetização e a utilização do Movimento de Educação de Base-MEB (1959-1979)**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Curso de História, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2003.

GIOLO, J. A educação a distância e a formação de professores. **Educação & sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008.

HESSEL, A.; PESCE, L.; ALLEGRETTI, S. Formação *online*: contexto, sujeitos e processos de interação. In: _____; _____; _____ (Orgs.). **Formação online de educadores: identidade em construção**. São Paulo: RG, 2009, p. 31-62.

LIMA, C. M. de; GRÍGOLI, J. A. G.; BARROS, H. F. de. A educação a distância e o desafio da formação do professor reflexivo: um estudo sobre as possibilidades da EAD na formação pedagógica de professores universitários. In: **26ª Reunião Anual da ANPEd – Novo governo. Novas políticas?** Poços de Caldas-MG, out. 2003. Gt. 16 – educação e comunicação. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/claudiamariadelima.rtf>. Acesso em: 19 out. 2009.

LITWIN, E. Desafios, recuos e perspectivas da educação a distância. **Pátio: Revista pedagógica**, Tema: Tecnologias educacionais para além da sala de aula. Porto Alegre, Artmed, ano 3, n. 9, p. 16-19, maio/jul. 1999.

MARTINS, C. B. O novo ensino superior privado no Brasil (1964-1980). In: _____ (Org.). **Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 11-48.

MORAN, J. M. A educação superior a distância no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Coord.). **Educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES/IESALC-UNESCO/GEU-UFRGS, 2002, p. 251-274.

MORO, N. D. De trabalhador rural para operário urbano. In: **5º Encontro Nacional sobre Migrações**. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, set. 2007. Disponível no site: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public_tra_rur_ope.pdf. Acesso em 14 dez. 2007.

_____; BITTAR, M. **A LDBEN - Lei n. 9.394 - como marco na política de educação superior e na formação docente em Mato Grosso do Sul**. Relatório final de pesquisa desenvolvida entre os anos de 2002 e 2003 e financiada com bolsa do PIBIC/UCDB/CNPq. Campo Grande: UCDB, 2003.

_____; _____. Educação superior e formação de professores em Mato Grosso do Sul 1979/1999. In: OSÓRIO, A. M. do N. (Org.). **Trabalho docente: os professores e sua formação**. Campo Grande: UFMS, 2003, p. 15-33.